

Emenda à PEC da reforma Administrativa pede estabilidade para todo servidor

A ‘reforma’ Administrativa, contida na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, considerada o maior ataque aos serviços gratuitos essenciais à população, e à categoria dos servidores públicos, já feito por um governo, tem entre suas prioridades o fim da estabilidade do servidor. O texto original prevê a estabilidade apenas a cargos típicos de Estado, sem, no entanto, delimitar quais carreiras são essas.

O fim da estabilidade é criticado tanto por dirigentes sindicais, como parlamentares da oposição e especialistas no assunto. Até mesmo o youtuber Felipe Neto tem se manifestado nas redes sociais contra a reforma Administrativa. Atualmente com 42,5 milhões de seguidores, Neto é um dos influenciadores digitais mais importantes do país.

Dois exemplos de como é importante a estabilidade dos servidores são recentes. O servidor de carreira do Ministério da Saúde, Luis Ricardo Miranda, denunciou na CPI da Covid-19, que o presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL), foi avisado de que membros do seu governo pediram propina para comprar vacinas e ele não tomou nenhuma providência. Outro caso foi do ex-superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Alexandre Saraiva, que denunciou o ex-ministro do ambiente, Ricardo Salles, por organização criminosa, advocacia administrativa e obstrução de fiscalização. Saraiva foi afastado do cargo, mas não perdeu o emprego.

Para tentar barrar o fim da estabilidade, os deputados André Figueiredo (PDT-CE) e Professor Israel Batista (PV-DF), secretário-geral e presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), apresentaram uma emenda substitutiva global, neste sentido, e, nesta quarta-feira (7), eles conseguiram 180 assinaturas, nove acima do mínimo necessário (171), para uma emenda a



uma PEC. O número é considerado difícil de atingir porque a Oposição tem apenas 130 parlamentares. O prazo para apresentar emendas termina nesta sexta (9).

A emenda retira ainda os “superpoderes” dados pela PEC ao presidente da República de, por exemplo, por decreto, criar, fundir e transformar ministérios e órgãos públicos.

Entre os argumentos dos deputados para barrar o fim da estabilidade dos servidores está o de que a necessidade do “vínculo de experiência”, como requisito de acesso a cargos com vínculo permanente e também para carreiras típicas de Estado, pode, ao invés de se selecionarem os mais capazes, resultar na subversão dos critérios de seleção, uma vez que os candidatos aos cargos seriam submetidos a critérios subjetivos.

Seus respectivos chefes, cujos graus de imparcialidade variam (como qualquer traço psicológico humano varia), podem ceder às simpatias e antipatias pessoais em relação aos candidatos, aprovando somente os que lhes forem de melhor agrado. Trata-se de franca violação ao princípio da impessoalidade na Administração Pública.

Enfim, o vínculo de experiência poderia ser utilizado como artifício para burlar a ordem de classifica-

ção dos aprovados no concurso público, selecionando pessoas “menos capazes”, mas “mais simpáticas” aos olhos dos avaliadores.

Para assegurar a seleção de pessoas “mais capazes” para ocuparem cargos públicos, é preciso assegurar a completa impessoalidade do processo seletivo, de modo que não haja brechas para que paixões humanas interfiram nessas escolhas. A proposta do vínculo de experiência seria, portanto, inadequada para esse fim. Para ler a íntegra da emenda à PEC 32, clique aqui.

Trâmite

Agora caberá ao relator da PEC 32, deputado Arthur Maia (DEM-BA), decidir se acolhe ou não a emenda sugerida.

Caso a emenda não seja aceita pelo relator, um partido terá direito a apresentar destaques. São dois tipos de destaques, os que suprimem emendas aprovadas e os que modificam o texto. No entanto, em ambos os casos, a dificuldade será maior, pois serão precisos 308 votos favoráveis à supressão ou às mudanças.

Para passar a valer uma PEC é discutida e votada em dois turnos, em cada Casa do Congresso, e será aprovada se obtiver, na Câmara e no Senado, três quintos dos votos dos deputados (308) e dos senadores (49).

Fonte: Sindicato dos Bancários/PA

TST homologa acordo entre Ebserh e entidades representativas dos trabalhadores

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) homologou nos últimos dias da semana passada a ata do acordo firmado entre a empresa e as entidades representativas dos trabalhadores (Processo nº DCG-1000761-57.2021.5.00.0000), que suspendeu o dissídio coletivo em andamento até a data de 31/01/22.

Conforme definição da audiência de conciliação do último dia 29/6, o acordo garante:

- * A suspensão da tramitação do dissídio coletivo de greve até 31/1/2022;
- * A Ebserh procederá à devolução dos valores descontados no salário dos empregados a título de “falta de greve”, referente ao dia

13/05/2021, até a folha de setembro de 2021;

- * A Ebserh concederá dois abonos referentes ao período 2021/2022 aos empregados, a serem gozados até 28/2/2022, nos moldes da Cláusula 16ª do ACT 2018/2019;
- * A prorrogação de todas as cláusulas atualmente vigentes até a assinatura do novo ACT ou o julgamento do dissídio coletivo de greve; e
- * A retomada das negociações entre as partes a partir de 1º de fevereiro de 2022, referentes às duas últimas datas-bases anteriores.

Ainda segundo o acordo, fica determinando “a antecipação da concessão dos 2 (dois) abonos anuais de ponto, referentes ao período

de 2021/2022, informando que os empregados poderão usufruir do referido benefício até 28/02/22”, conforme o ACT vigente.

“O acordo não foi exatamente o que a categoria esperava. Entretanto, precisamos entender que avançamos de forma positiva dentro do processo de negociação, haja vista que a empresa sempre manteve uma conduta de não reconhecimento de direitos, ameaça de alguns já conquistados e a total falta de interesse em conceder qualquer tipo de reajuste”, declarou Marcos José Costa Ferreira, diretor de Comunicação do Sindsep/MA.

Com informações do Sintsep-GO.

ATENÇÃO

Informamos aos nossos(as) filiados(as) que o horário de atendimento a partir do dia 12 de Julho será de 8 às 14h, com medidas de distanciamento e prevenção já trabalhadas pela entidade.

Esperamos que a situação melhore e que logo possamos estar juntos em tempo integral novamente.

VACINAS PARA TODOS JÁ



Sindsep.MA @sindseparanhao @sindseparanhao sindseparanhao

Juntos Somos Mais Fortes

SINDSEP/MA SOLIDÁRIO

CAMPANHA DE ARRECAÇÃO DE ALIMENTOS PARA AMENIZAR A FOME DURANTE A PANDEMIA.

“A luta social cala, aos poucos, a desigualdade gritante”.

UNIDOS NA LUTA CONTRA A FOME